Acta Scientiarum

http://www.uem.br/acta
ISSN printed: 1983-4675
ISSN on-line: 1983-4683
Doi: 10.4025/actascilangcult.v34i2.15618

Luta de línguas: panorama histórico-cultural da Língua Portuguesa no Brasil do século XVI

Maurício Silva

Universidade Nove de Julho, Rua Dr. Adolpho Pinto, 109, Barra Funda, São Paulo, São Paulo,Brasil. E-mail: maurisil@gmail.com

RESUMO. O presente artigo analisa alguns aspectos do panorama histórico cultural da língua portuguesa no Brasil no século XVI, a partir da perspectiva da Historiografia Linguística. O presente artigo avalia, também, as possibilidades de relação entre a linguagem e os domínios da gramática nessa época.

Palavras-chave: português, quinhentismo, historiografia linguística, gramática.

Fight languages: historic-cultural panorama of portuguese language in Brazil of century XVI

ABSTRACT. The present article analyzes some aspects of historic and cultural scene of Portuguese Language in Brazil in the sixteenth century from the perspective of the Linguistic Historiography. The present article also analyzes the relationship between language and Portuguese grammar in the sixteenth century.

Keywords: portuguese language, sixteenth century, linguistic historiography, grammar.

Introdução

Não há como negar, qualquer que seja o ponto de vista que se adote, que a questão da língua portuguesa no Brasil do século XVI é extremamente complexa, exigindo do pesquisador a mobilização de um grande cabedal de conhecimento e um amplo trabalho investigativo sobre o período.

Temas tão variados, tais como: a colonização linguística instaurada pelos jesuítas ou sua contrapartida histórica, o processo de resistência nativa; a diversidade linguística na região, assinalando a ocorrência, até pelo menos o século XVIII, do multilinguismo; a implantação de uma política linguística assentada em pressupostos ideológicos eurocêntricos e suas principais consequências, como o glotocídio; as relações diversas e, muitas vezes, controvertidas entre o português e os substratos linguísticos indígena e africano, são apenas alguns exemplos da complexidade que o período assume, sugerindo um trabalho de alentadas proporções àqueles que se dispuserem a enfrentar, a fundo, o intricado universo da historiografia linguística no Brasil quinhentista.

Trata-se, como se vê, de uma história de muitos meandros, cujo resultado deverá ser, entre outros, a compreensão da gênese, do desenvolvimento e da consolidação de uma variante da língua portuguesa. Ademais, a simples constatação desse fato já nos remete a um outro universo conceitual, próprio da realidade sócio-histórico-linguística do quinhentismo brasileiro, igualmente diversificado e complexo, trazendo para a arena da discussão assuntos tão instigantes quanto a institucionalização do português no território nacional: os processos linguísticos, históricos e socioculturais que condicionaram a formação do português no Brasil; a observação de componentes que, diacronicamente, atuaram no sentido de reorganizar a estrutura morfossintática do português etc.

O presente estudo não tem a ambição desmedida que tal empreendimento requer, mas procura, de maneira justa e objetiva, oferecer uma das muitas possibilidades de leitura acerca da questão idiomática do período, em especial no que concerne à exposição de fatos e dos componentes linguísticos que contribuíram para a conformação do português no Brasil. Limitando-se ao século XVI, procura, portanto, tecer considerações acerca tanto do que denominaremos, aqui, 'domínio paralinguístico', com informações relacionadas à atividade literária, à produção editorial, às práticas de leitura e ao processo de escolarização do Brasil Colônia, quanto do 'domínio linguístico', com esclarecimentos sobre a questão idiomática, os instrumentos linguísticos, os discursos metalinguísticos etc, presentes naquele momento no recém-descoberto território americano.

Historicamente, a preparação do Renascimento em Portugal – época determinante para o entendimento dos mecanismos político-culturais que alicerçaram a colonização do Brasil – tem sua origem na Revolução de 1383, indo até a Tomada de Ceuta, em 1415, quando, de fato, inicia-se o

Renascimento Português (CARVALHO, 1980). Com o advento do Renascimento na Europa, portanto, inicia-se o longo processo dos descobrimentos ultramarinos, no qual se inscreve o episódio do 'descobrimento' do Brasil e toda a política linguística que determinaria a transplantação para o território brasileiro da Língua portuguesa. Em uma perspectiva mais ampla e generalista, esse primeiro contato do império português com sua nova colônia encontra-se inserido em um processo mais extenso, que é o da descoberta do Novo Mundo pelos europeus e da complexa relação com esse 'outro', dotado de sentidos, de representações e de imaginários distintos daqueles que prevaleciam na Europa (O'GORMAN, 1992; TODOROV, 1988).

Aportados no Brasil, os portugueses implantaram, antes de mais nada, um modo de produção assentado na exploração do pau-brasil e do açúcar, em um sistema que procurava equacionar monocultura, mão-de-obra escrava e exportação. Enquanto do ponto de vista político optou-se pela formação das Capitanias Hereditárias (1534) e pela instalação do Governo Geral (1540), do ponto de vista social o Brasil conheceu, desde cedo, a estratificação da sociedade em senhores de engenho, intermediários e pequenos comerciantes e escravos. Nesse contexto socioeconômico e político, os jesuítas acabaram atuando como catalisadores das forças dispersas pelas províncias, colocando-se à frente do processo de catequização e de escolarização dos habitantes da nova colônia portuguesa. Com os jesuítas, portanto, desloca-se para o continente americano todo um sistema sociocultural europeu que, incrustado na nova realidade aqui encontrada, acabaria por provocar tensões profundas, resultando, nas palavras de um dos maiores estudiosos do assunto, no natural desterro do homem brasileiro:

> [...] a tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra (HOLANDA, 1976, p. 3).

Evidentemente, essa realidade não se efetiva sem que haja uma natural contrapartida: os portugueses que para cá vieram também sofreram intensa influência do meio tropical e, em consequência, alteraram substancialmente seu modo de vida, como aliás atesta outro não menos abalizado conhecedor da matéria (FREYRE, 1987).

É, em suma, nesse diversificado contexto sociocultural que os portugueses – e, em especial, os jesuítas – atuarão no sentido de implementar não apenas uma política linguística com resultados, naquele momento, inimagináveis, mas também a consolidação de um extenso projeto de construção de domínios linguístico e paralinguístico, responsáveis pelo posterior sucesso daquela variante regional que, ao longo dos séculos seguintes e até os dias atuais, predominaria em todo o território nacional, o chamado 'português brasileiro'.

A língua portuguesa no Brasil do século XVI: domínio (para)linguístico

Ao tratar do domínio paralinguístico como um conjunto de atitudes formais responsáveis por criar as condições necessárias à implementação, no Brasil do século XVI, de uma complexa 'política linguística', estamos, a rigor, atuando mais no campo da Sociologia do que no dos estudos da linguagem, visto serem os componentes desse domínio antes de ordem social (práticas de leitura, produção editorial, processo de escolarização etc.) do que propriamente de ordem linguística.

Em relação, por exemplo, à prática de leitura no Brasil Colônia e à propriedade do livro, pode-se dizer que as condições revelavam-se extremamente precárias, uma vez que o Brasil se caracterizava, àquela altura, mais como um entreposto comercial do que como uma Colônia com dinâmica e vida 'próprias'. Nesse sentido, explica Luiz Carlos Villalta, não é de se espantar o fato de um dos maiores proprietários de livros no Brasil do século XVI – o italiano Rafael Olivi – possuir parcos 27 volumes, sendo que, um século depois, entre 450 inventários pesquisados, não se encontrarem mais do que 55 títulos. Ainda assim, completa o autor, a prática de leitura achava-se substancialmente vinculada à ideia de poder (VILLALTA, 1999).

Contudo, mais do que fatores relacionados à leitura e aos livros, à produção editorial e ao comércio livresco, é o processo de escolarização colonial que definirá o perfil do leitor naquele contexto e, consequentemente, o percurso percorrido pelo português durante o século em questão.

Sabe-se, por exemplo, que o ensino esteve, até pelo menos o século XVIII, nas mãos dos jesuítas, os quais – desde a fundação da Companhia de Jesus, pelo espanhol Inácio de Loiola, em 1534 – assentaram sua missão evangelizadora no 'ensino', instituindo a *Ratio Studiorum* (diretrizes pedagógicas jesuíticas), segundo a qual se concebia a educação a partir de três áreas do conhecimento humano:

Letras, Filosofia e Teologia. Em 1549, com a chegada dos jesuítas ao Brasil, fundam-se colégios ao longo de todo o litoral (o primeiro dos quais, denominado Colégio da Bahia e, posteriormente, Colégio dos Meninos de Jesus, fundado em 1551, agrupava cerca de 70 alunos), no intuito de organizar um sistema educacional que dividia o aprendizado em três etapas: o ensino primário, correspondente às escolas de primeiras letras e voltado especialmente para mamelucos e nativos; o ensino médio, destinado aos meninos brancos; e o ensino superior, particularmente voltado aos clérigos e a alguns outros privilegiados da Colônia.

Há que se ressaltar que a prática pedagógica dos jesuítas encontrava-se, já nessa época, visceralmente relacionada a *dois* modos de atuação política independentes, mas complementares. O primeiro era o processo de catequização a que o ensino estava vinculado, resultando na difusão dos dogmas cristãos e das práticas religiosas, seja por meio de autos e de poemas, seja por meio de cânticos e de sermões. Já na gênese desse processo, encontram-se distinções que marcariam toda a política de educação e de evangelização dos jesuítas, como a separação entre a 'instrução', oferecida aos filhos de colonos, que, no futuro, formariam a elite dominante da colônia, e a 'pregação', voltada para os filhos dos colonizados, que formariam, posteriormente, a mão-de-obra colonial. É por isso que, nas palavras de José Antônio Tobias, embora de concepção humanista, a pedagogia jesuítica valorizava o homem a partir de seu potencial religioso e vinculava-se a um rígido ideário que se assentava na consagração da fé e na salvação da alma (TOBIAS, 1972). Tal ideia é complementada por Sílvia Olinda, para quem a política educativa dos jesuítas tinha como intenção não apenas a propagação da fé, mas também a manutenção da obediência aos preceitos cristãos (OLINDA, 2003).

Enquanto esse primeiro modo de atuação dos jesuítas associava-se ao poder eclesiástico, o segundo vincula-se pragmaticamente ao poder secular, representado pela Coroa Portuguesa e por seus emissários legais. Trata-se, em poucas palavras, da utilização do projeto pedagógico dos jesuítas para fins de dominação e de obtenção de lucro, uma vez que, como explica Maria Luísa Ribeiro, isso já estava evidente no Regimento outorgado por D. João III em 1548, que, ao criar o Governo Geral para o Brasil, faz alusão à necessidade de conversão dos indígenas ao catolicismo pela instrução, inscrevendo ideologicamente a ação dos religiosos na política colonizadora de Portugal (FÁVERO, 2000; RIBEIRO, 1985).

Particularmente no que se refere àquele aspecto que mais nos interessa aqui, a implantação da língua portuguesa no Brasil Colônia, a instrução jesuítica desempenhou, incontestavelmente, papel de relevo, já que, inserindo sua pedagogia de base humanista, filosófica e teológica no Brasil, os jesuítas sentiram-se imediatamente obrigados a adaptá-la à nova realidade que se lhes apresentava, incluindo em seu currículo escolar, ao lado do ensino do tupi-guarani, o ensino do português, da religião, do canto orfeônico e de outras disciplinas, embora o ensino do português fosse secundário diante das línguas nativas e do próprio latim. De qualquer maneira, conclui Nancy Casagrande, a pedagogia jesuítica visava, entre outras coisas, à 'domesticação da língua indígena', muito em função da implantação e de consolidação da língua portuguesa no Brasil colonial (CASAGRANDE, 2005).

Desse modo, não é difícil perceber os inquebrantáveis vínculos entre a política educacional dos jesuítas e a manutenção de uma ideologia de dominação do território colonial, sobretudo por intermédio de uma cristianização que via na multiplicidade de línguas aqui presente um fator de desestabilização tanto do poder eclesiástico quanto do poder régio. Portanto, sistematizar e difundir a língua geral de base tupi entre os nativos e os portugueses que aqui viviam passa a fazer parte de um complexo processo de monopólio dos dogmas, dos símbolos e das representações imaginárias, processo que não dispensa, em uma etapa posterior, a implementação do português como idioma dotado de razão e de emoção suficientemente abrangentes para que se consolidasse aqui um amplo projeto de dominação e de apropriação territorial, o que confere ao discurso jesuítico – como já se ressaltou uma vez – alto teor ideológico:

> [...] o discurso jesuítico quinhentista no Brasil é ideológico porque autocentrado; é um saber que escolheu centros, sujeitos e objetos que se erigem a si mesmos como corretos e adequados e não admitem questionamentos (FLORES, 2003, p. 88).

A língua portuguesa no Brasil do século XVI: domínio linguístico

Ao contrário do que ocorre com o domínio paralinguístico, aqui nos encontramos, definitivamente, no âmbito dos estudos da linguagem, visto que nos interessa observar a ocorrência, no Brasil quinhentista, de instrumentos linguísticos, de discursos metalinguísticos e literários, de conflitos idiomáticos etc, responsáveis pelos desdobramentos sócio-históricos da língua portuguesa no Brasil.

No que compete à utilização de instrumentos linguísticos e pedagógicos diversos no Brasil Colônia

(dicionários, gramáticas, cartilhas etc), pode-se dizer que o século XVI foi pródigo em obras que, mais uma vez, seriam aqui produzidas e/ou utilizadas com o intuito de dar sustentação prática ao empreendimento jesuítico. Assim, a produção de obras gramaticais de cunho pedagógico e normativo, escritas e utilizadas pelos próprios missionários, constituiu o primeiro esforço em conjunto no sentido de viabilizar seu projeto de catequese, com a *Arte da Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil* (1595), de José de Anchieta; a *Arte da Língua Brasílica* (1621), de Luís Figueira; a *Arte de Língua de Angola oferecida a Virgem Senhora N. do Rosário* (1697), de Pedro Dias; ou a *Arte de Gramática da Língua Brasílica da Nação Kiriri* (1877), de Luís Vincencio Mamiani, todas elas escritas ao longo do século XVI. São, em resumo, as célebres 'artes de gramática', responsáveis pelo início do processo de gramatização brasileiro, por meio das quais os jesuítas – com o propósito de aprender a língua dos nativos e dos africanos – buscavam normatizar o que consideravam as 'línguas dificultosas' da Colônia (BATISTA, 2002).

No que se refere a um âmbito muito particular do domínio linguístico, o dos discursos literários, certamente um dos principais responsáveis pelo sucesso paulatino da implantação da língua portuguesa no Brasil ao longo do século XVI e posteriormente, a realidade parece-nos mais promissora, devido à grande quantidade de textos em português que por aqui se produziram na época. Desse modo, em meio a um universo verdadeiramente extenso de textos de diversa ordem – como diários de bordo, epístolas, crônicas de viagem, textos burocráticos etc – destacam-se aqueles que apresentam caráter mais literário, embora esse seja um conceito que adquira particular complexidade no contexto aqui tratado (SILVA, 2005).

Da chamada Literatura de Informação, estrato significativo de 'nossa' produção literária colonial, assinalam-se textos diversos, como a *Carta* (1500), de Pero Vaz de Caminha; o *Diário de Navegação* (1530), de Pero Lopes e Souza; a *História da Província de Santa Cruz* (1576) e o *Tratado da Terra do Brasil* (1826), de Pero de Magalhães Gandavo; o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* (1587), de Gabriel Soares de Souza etc. Desses, destacamos, a título de exposição mais detalhada, o primeiro texto informativo produzido no Brasil do século XVI.

Com efeito, a célebre *Carta* redigida pelo escrivão da armada portuguesa, Pero Vaz de Caminha, e endereçada ao rei D. Manuel I, pode ser considerada o primeiro texto escrito na língua portuguesa em solo brasileiro, possuindo ainda o mérito – embora apenas cronológico – de inaugurar a produção literária nacional. Contudo, sua classificação dentro da tradição cultural especificamente brasileira não é de forma alguma pacífica, já que o citado documento parece filiar-se, antes, a uma sólida tradição portuguesa, a da 'literatura de viagens'. Outro problema suscitado pela obra em causa diz respeito à sua classificação literária propriamente dita, uma vez que a intenção estética acabou sendo deliberadamente substituída pelo objetivo de informar à Coroa Portuguesa sobre o novo achado.

Diante desses fatos, não nos parece demasiadamente ousado defender a classificação da *Carta* de Caminha como um autêntico documento histórico-etnológico, em vez de insistir em uma classificação puramente literária. Pela intenção que o próprio autor manifesta ao escrevê-la, pela maneira como os fatos, os eventos e as 'personagens' preenchem esse intuito, podemos afirmar que não se trata de uma produção rigorosamente literária, no sentido estrito do termo.

É verdade que essas evidências não impediram que seu texto fosse considerado por muito tempo, e ainda hoje, uma produção de natureza literária em sentido lato, isto é, uma obra que, apesar de não revelar um pressuposto artístico deliberado, apresentaria alguns aspectos estéticos dignos de nota, como salienta um dos estudiosos do assunto:

> [...] como se fosse uma espécie de diário [a *Carta*] é, para nós, do ponto de vista literário, a primeira expressão do deslumbramento e ao mesmo tempo dos equívocos e intenções do colonizador português, através de uma linguagem fluente e poética, com certo senso de humor, embora um tanto grave, de mistura com um ou outro trocadilho malicioso (CASTELLO, 1975, p. 34).

Curiosa, mas compreensivelmente, é com olhos de um agente lusitano de sólida cultura europeia que Caminha procura desvendar os segredos e os achados da terra recém-descoberta. A perplexidade diante do universo exótico, o espanto com que o missivista defronta a natureza alienígena, o deslumbramento para com um mundo totalmente desconhecido e virtualmente surpreendente, tudo isso faz que a *Carta* possa ser considerada uma significativa expressão do sentimento edênico que aqui vigorou por muito tempo, como sugere Sílvio Castro:

> [...] a palavra de Pero Vaz de Caminha se comunica magicamente e transmite um sentimento de realismo. A terra é cheia de graça e a consciência naturalista nasce a partir do gozo de seus ares e águas. É uma visão do paraíso, onde não importa se

> em verdade exista ouro ou prata ou pedras preciosas. Já a felicidade simples dos sentidos esclarece aos homens que o paraíso existe. E que nele tudo será possível (CASTRO, 1985, p. 115).

Ideologicamente, não nos podemos furtar à lembrança de que as principais intenções de Caminha, ao redigir sua *Carta*, relacionavam-se à difusão do Cristianismo e à exploração comercial da nova colônia portuguesa, interesses que persistem em toda a narrativa. A tradição cultural imposta aos nativos pelos portugueses também está presente no diversos registros do texto de Caminha, ele mesmo, aliás, atuando como agente de todo esse processo. Essa e outras características já aqui aludidas tornam a *Carta* uma das principais fontes de compreensão da realidade linguística nacional, fazendo que ela adquira, definitivamente, um espaço de relevo na história da língua portuguesa no quinhentismo brasileiro.

Ainda no domínio da literatura que se produziu no período, vale destacar a presença de uma produção bastante singular, mais conhecida no universo dos estudos literários pela denominação de 'literatura jesuítica'.

Tendo como propósito declarado a catequização e o ensino – propósitos de natureza, respectivamente, religiosa e pedagógica –, a literatura aqui produzida pelos jesuítas caracterizou-se, do ponto de vista estético, pela simplicidade formal, pelo emprego da alegoria e da personificação, pela adaptação ao meio tropical, pelo fundo moralizante e didático etc. Apesar de congregar autores do porte de Manuel da Nóbrega (*Informação das Terras do Brasil*, 1549; *Diálogo sobre a Conversão dos Gentios*, 1558) e de Fernão Cardim (*Tratados da Terra e Gente do Brasil*, 1925), é com José de Anchieta e sua vasta obra (*Da Bem Aventurada Virgem Maria ou Poema da Virgem*, 1563; *Feitos de Mem de Sá*, 1563; *Informação do Brasil e de suas Capitanias*, 1584; *Na Festa de Natal ou Auto da Pregação Universal*, 1561; *Na Festa de São Lourenço*, 1583 etc.) que a literatura jesuítica ganhou importância nessa primeira etapa da literatura brasileira.

Tendo como marcas estéticas principais a variedade de gêneros (cartas, sermões, poesias, autos, documentos diversos) e a mescla entre o caráter literário, missionário e informativo, sua produção destaca-se pela presença, primeiramente, da poesia de inspiração cristã e estrutura métrica medieval, muitas vezes vazada em linguagem simples, mas sem prescindir do uso de extensa simbologia para veicular a ideologia cristã; posteriormente, pela presença do teatro, marcado pelo sincretismo religioso, pela intenção moralizadora, pelo emprego da matéria indígena, muitas vezes lançando mão da alegoria como forma de difundir os preceitos cristãos. Assim, como apontou de modo bastante percuciente o crítico Alfredo Bosi, enquanto sua poesia carrega um alto grau de subjetividade e de transcendência, seu teatro destaca-se pela objetividade e pelo pragmatismo (BOSI, 1996).

Leodegário Filho sintetiza, em um de seus estudos, o papel desempenhado pelos jesuítas na literatura colonial brasileira:

> [...] os jesuítas não foram simples viajantes ou simples europeus que aqui vieram, pensando em retornar à Pátria, para dar notícias do que viram. Eles se integraram no processo cultural brasileiro, propagando a religião pela arte e implantando uma civilização [...] Em Anchieta (e na obra dos demais catequistas) vamos encontrar o passo inicial da Literatura Brasileira (LEODEGÁRIO FILHO, 1983, p. 32).

Finalmente, no âmbito do domínio linguístico – certamente, aquele que mais de perto diz respeito à institucionalização do português no território nacional durante o século XVI –, destaca-se um largo processo de emulação entre os vários idiomas que concorreram para a construção de um registro nacional da língua portuguesa.

Trata-se do multilinguismo, presente durante todo o período colonial brasileiro e posteriormente, época em que as línguas indígenas e africanas disputavam espaço, naquele ambiente, com o português trazido pelos primeiros colonizadores, um tema, aliás, a que os filólogos portugueses da época não estavam alheios (SCHLIEBEN-LANGE, 1993). Já a atuação dos jesuítas assinala a complexidade que a questão idiomática adquiriu no Novo Mundo, uma vez que o projeto educacional por eles capitaneado subdividia-se, no que compete ao ensino de línguas, em três partes: ensinava-se a gramática latina, como base de toda pedagogia linguística da Colônia e como parte da formação das humanidades (*De Institutione Grammatica*, de Manuel Alvares); ensinava-se o tupi-guarani, motivado pela necessidade de mútua compreensão entre índios e portugueses e para o sucesso do empreendimento religioso (*Gramática da Língua mais Falada na Costa do Brasil*, de Anchieta); ensinava-se a língua portuguesa com finalidades diversas, como a expansão do idioma no Novo Mundo, a divulgação da cultura humanista, a prática da catequese etc (*Cartilha para Aprender a Ler*, de João de Barros, *Cartilha para Ensinar a Ler as Doutrinas da Prudência*, de Frei João Soares, *Regras para Ensinar a Maneira de Escrever a Ortografia Portuguesa*, de Pero de Magalhães Gandavo e outros).

Como complemento a essa multiplicidade linguística, a questão idiomática passava, ainda, no

Brasil, por uma prática tradutória, pois, desde os primeiros anos de colonização, os portugueses precisaram se servir de tradutores (os *línguas*), a fim de estabelecer comunicação com os nativos (WYLER, 2003).

Pode-se dizer que, em se tratando do século XVI, foram três os grupos de idiomas que aqui se desenvolveram: o das línguas indígenas, o das línguas africanas e o das línguas europeias, com destaque, dentro desse último grupo, para o português.

Sobre o primeiro grupo, o das línguas indígenas, convém acentuar, como lembra Luiz Carlos Villalta, que, já nos primeiros contatos com as novas terras, os portugueses encontraram no Brasil uma verdadeira 'Babel indígena', com vários idiomas dos troncos Tupi, Macro-Jê e outros, tudo resultando – principalmente pela ação dos jesuítas – nas 'línguas gerais', que se subdividem em dois grandes grupos: *abaheenga*, ao sul, e *nheengatu*, ao norte (VILLALTA, 2004).

Falava-se, portanto, no Brasil, por ocasião da chegada dos portugueses, centenas de línguas indígenas, sendo que seus utentes podem ser separados, em princípio, em duas grandes comunidades de falantes, segundo o idioma que utilizavam: a dos 'tupis' (falantes da língua geral ou tupi) e a dos 'tapuias' (falantes das demais línguas). Essa divisão inicial logo foi corrigida, diante do grande número de idiomas falados em todo o território brasileiro, prevalecendo, contudo, o tupi, idioma usado no litoral e adotado pelos jesuítas em missões catequizadoras. Embora empregada pela maioria da população brasileira até o século XVIII, ou, por isso mesmo, a língua geral de base tupi não era rigorosamente a mesma que fora gramatizada pelos jesuítas ainda no século XVI, já que sofrera, ao longo do tempo, as irreprimíveis influências dos falares diversos que por aqui vicejavam (AYROSA, 1933). Assim, pela ação dos jesuítas, a população indígena torna-se parte de um projeto que vê no discurso linguístico, como sugerimos, a base para as práticas de conversão e de domínio, e é exatamente nesse contexto, explica-nos José Horta Nunes, que os missionários da Companhia de Jesus colocam em funcionamento sua política linguística:

> [...] a língua indígena ganha um estatuto importante na cena da colônia como língua de catequese. Um dos resultados dessa política está na elaboração de instrumentos lingüísticos como gramáticas e dicionários. A língua, assim, torna-se objeto de conhecimento, de descrição e de interpretação (NUNES, 2006, p. 87).

Muito dessa predominância do tupi no Brasil deveu-se, portanto, à ação dos missionários católicos que, ao gramatizar a língua, promoveram uma espécie de 'estabilização linguística', fazendo que ele se tornasse idioma de comunicação geral entre as várias tribos indígenas e entre estas e os portugueses.

Assim, a descrição gramatical feita por Anchieta no século XVI – obrigatória nos colégios antes mesmo de sua publicação – é resultado, ao mesmo tempo, de uma necessidade de colonização com evangelização e da revolução tecnológica da gramatização por que passava o continente europeu (AUROUX, 1992). Por isso, os missionários jesuítas davam à língua dos nativos um estatuto de idioma da metrópole, ou seja, um idioma tão importante quanto a própria língua portuguesa (MARIANI, 2004).

Sobre o segundo grupo, convém lembrar que as línguas africanas aqui chegaram com o contingente escravizado, o qual pode ser dividido em três grandes grupos culturais: os sudaneses, os muçulmanos ou malês e os bantos, cujas línguas foram, aos poucos, sendo substituídas pelo português, como bem lembra Sílvio Elia:

> [...] com o incremento da língua portuguesa, que irradiava dos principais centros culturais e urbanísticos do litoral, foi o uso dos falares africanos cada vez mais restringindo-se a domínios especializados, como os do ritual religioso, dos cânticos e danças, dos contos populares; isto é, foi perdendo em generalidade (ELIA, 2000, p. 26).

Em um de seus estudos sobre o assunto, Margarida Petter destaca quatro grandes ciclos de aportes de escravos para o Brasil: o Ciclo da Guiné (século XVI), que trouxe os negros sudaneses; o Ciclo do Congo e de Angola (século XVII), que trouxe os negros bantos; o Ciclo da Costa da Mina (século XVIII), novamente com os negros sudaneses; e o Ciclo da Baía do Benin (século XVIII). No total, esses aportes teriam atingido de 200 a 300 línguas diferentes, provenientes de duas grandes áreas: a oeste-africana (com a predominância do ioruba) e a banto (com a predominância do quimbundo) (PETTER, 2001). Além disso, há que se lembrar que, assim como se instituiu uma língua franca para os indígenas (o 'tupi jesuítico'), os africanos trazidos para o Brasil como escravos também se utilizaram de línguas francas, possivelmente o nagô ou ioruba no Nordeste e o quimbundo no Sul. Não obstante essa variedade de idiomas e de línguas francas, alguns estudiosos acreditam que foram os africanos e os afro-descendentes – mais do que os indígenas – os principais responsáveis pela difusão do português brasileiro no território nacional (MATTOS E SILVA, 2004).

Finalmente, sobre o terceiro e último grupo, o das línguas europeias, das quais destacaremos – por motivos óbvios – o português, cumpre ressaltar o fato de que, além do idioma lusitano, aqui aportaram, ao longo de todo o século XVI, o francês, o holandês, o espanhol, o inglês e outros, conferindo à colônia portuguesa, especialmente no que compete à questão linguística, um caráter verdadeiramente heterogêneo.

Os fatos relativos aos domínios linguístico e paralinguístico aqui reportados foram os responsáveis diretos, como já sugerimos, pela consolidação no Brasil do que se convencionou chamar de português brasileiro, cujas principais características são notadas até hoje, inaugurando, inclusive, no âmbito dos estudos linguísticos brasileiros, a decantada questão da variação diatópica da língua portuguesa no Brasil. Língua transplantada, nos dizeres de Gladstone Chaves de Melo, o português para cá trazido sofreu influências consideráveis de outros idiomas e culturas, não apenas em razão de condições históricas e geográficas específicas, mas também, e sobretudo, em função de condições sociais igualmente diversas, embora tais influências tenham ocorrido, principalmente, em relação às línguas indígenas e africanas (MELO, 1975).

Sobre as primeiras, há que se considerar a existência, no período colonial, de centenas de idiomas indígenas (guarani, tupinambá, tupiniquim, jê, cariri etc), em um cálculo que aponta para a ocorrência de centenas de línguas indígenas autóctones, faladas por cerca de cinco milhões de nativos, das quais restariam atualmente cerca de cento e oitenta. A influência indígena, portanto, pode ser notada, no que compete ao léxico português, tanto nas toponímias ('Pará', 'Ceará', 'Pernambuco' etc) quanto nos nomes de elementos da natureza ('abacaxi', 'capim' etc) ou nos antroponímicos ('Araci', 'Iracema' etc). Esse fato parece ter se estendido, até com mais frequência, para o campo fonológico[1], no qual encontramos ocorrências tradicionalmente creditadas à incidência dos idiomas indígenas sobre o português, como a articulação com entoação mais nítida das vogais pretônicas: 'diferente', 'perigo', 'pequeno' e 'semana', no Brasil, em oposição às formas portuguesas 'dif'rente', 'p'rigo', 'p'queno' e 's'mana'; a articulação mais nítida das vogais finais /e/ e /i/: 'ponte', 'febre' e 'vinte', no Brasil, em oposição a 'pont'', febr'' e 'vint'', em Portugal; a queda das consoantes finais (apócope) /l/ e /r/: 'carnavá', 'arraiá', 'papé', 'chorá' e 'amô', no português popular, em oposição às formas padrão 'carnaval', 'arraial', 'papel', 'chorar' e 'amor'; a nasalização de vogais tônicas em contato com consoantes nasais: 'cãma', 'colônia' e 'Antônio' no Brasil e 'cáma', 'colónia' e 'António' em Portugal.

A influência indígena pode ser verificada, ainda, tanto no âmbito da morfologia, com a autonomia, no léxico do português brasileiro, de alguns elementos aglutinados: tatu-*açu*, batalha-'mirim', mandioca-'puba', quanto na sintaxe, com a ocorrência de algumas inversões na construção frásica: 'água muita', 'vou não' etc.

Já no que se refere à influência das línguas africanas sobre o português do Brasil, podem ser verificadas, no campo da fonologia, a redução da palatal 'lh' ('mulher' > 'muié', 'trabalhar' > 'trabaiá', 'filho' > 'fio') ou na ocorrência de epênteses, a fim de desfazer encontros consonantais ('flor' > 'fulô'). No âmbito da morfologia, por exemplo, houve tanto a simplificação das flexões no registro popular (os 'home', as 'muié') quanto a incorporação léxica do prefixo diminutivo 'ca'- ('caçula', 'camondondo', 'calombo'). Já na sintaxe, verificam-se a substituição do pronome pessoal oblíquo direto pelo indireto (convidei-'lhe', abraço-'lhe') e a simplificação da regência verbal (fui 'na venda'). Finalmente, é no domínio da lexicologia que observamos a maior incidência dos falares africanos sobre o português para cá trazido, uma vez que novos vocábulos são acrescidos ao léxico português, seja no campo da culinária ('acarajé', 'angu', 'bobó', 'fubá', 'quindim', 'vatapá') e da religião ('candomblé', 'exu', 'iemanjá', 'macumba', 'mandinga', 'orixá', 'xangô'), seja no dos vegetais ('chuchu', 'jiló', 'quiabo', 'inhame') e das danças ('lundu', 'maracatu', 'samba'), além de nomes de objetos em geral ('agogô', 'berimbau', 'cachimbo', 'carimbo', 'miçanga', 'tanga').

Considerações finais

Utilizando como matriz linguística o registro empregado por analfabetos em geral, como nos ensina Celso Cunha (1981), o português que aporta no Brasil do século XVI sofre intenso processo de transformação, a ponto de alguns estudiosos do assunto optarem por considerar nosso modo de falar um autêntico dialeto. É o que faz, por exemplo, Sousa da Silveira que, em conferência realizada no salão do *Jornal do Comércio*, em 1920, tece considerações sobre a língua portuguesa no Brasil, considerando-o resultado de uma 'evolução dialetal' (SILVA, s.d.). Exageros à parte, o fato é que, transplantada para outros continentes, a língua portuguesa torna-se o centro de um conflito real

[1]Para efeito didático, em vez de se empregar o Alfabeto Fonético Internacional, procurou-se reproduzir, graficamente, a pronúncia aproximada dos vocábulos em destaque.

entre o falante novel e os europeus de modo geral, fazendo que os registros utilizados nas colônias fossem vistos como espúrios e corrompidos. Como afirma Mattoso Câmara,

> [...] a língua colonial era vista, da mesma sorte que os dialetos do território da metrópole, como modalidades espúrias de dizer, fruto e índice de ignorância e bruteza. Tanto na metrópole como nas colônias a língua *standart* é que se visava através da educação e do refinamento do trato social (CÂMARA JUNIOR, 2004, p. 144).

A discussão em torno da natureza e da identidade do português brasileiro, contudo, está longe de terminar e, para sermos mais exatos, está apenas dando os seus primeiros passos. Trata-se de uma discussão longa e complexa, em que teorias ora mais objetivas, ora mais personalistas ocupam lugar no debate. Uma delas, por exemplo, é aquela que opõe, de um lado, João Ribeiro, para quem a ocorrência de 'brasileirismos' no novo continente teria sido um elemento fundamental de diferenciação dos registros americano e europeu (RIBEIRO, 1979) e, de outro lado, Silveira Bueno, segundo o qual não foram os brasileirismos, mas sim os 'arcaísmos' os principais responsáveis por essa diferenciação (BUENO, 1967).

De qualquer maneira, o que parece mesmo certo é que, ao longo dos séculos, o Brasil passa do que se poderia chamar de 'multilinguístimo homogêneo' para uma espécie de 'unilinguísmo heterogêneo', já que, como sugere Antônio Houaiss, o país teria se tornado, ainda no século XVI, o cenário de intenso combate linguístico ou, nas suas próprias palavras, o "[...] teatro de uma forte 'luta de línguas'" (HOUAISS, 1992, p. 105, grifo nosso).

Referências

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Unicamp, 1992.

AYROSA, P. **Primeiras noções de Tupi**. São Paulo, [s.n.], 1933.

BATISTA, R. O. **As línguas difficultosas e os línguas peritos**. Artes de gramática no Brasil Colonial dos séculos XVI e XVII. 2002. 224f. Dissertação (Mestrado em Letras)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BUENO, S. **Estudos de filologia portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1967.

CÂMARA JUNIOR, J. M. Línguas européias de ultramar: o português do Brasil. In: CÂMARA JUNIOR, J. M. (Ed.). **Dispersos**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 138-146.

CARVALHO, J. B. **O Renascimento Português**. Em busca de sua especificidade. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980.

CASAGRANDE, N. S. **A implantação da língua portuguesa no Brasil do século XVI**. Um panorama historiográfico. São Paulo: Educ, 2005.

CASTELLO, J. A. **A literatura brasileira**. Manifestações literárias do Período Colonial (1500-1808/1836). São Paulo: Edusp/Cultrix, 1975.

CASTRO, S. Brasil, Brasis, Brasília. Ensaio de compreensão da evolução cultural do Brasil, a partir da Carta de Pero Vaz de Cainha. In: CASTRO, S. (Ed.). **A carta de Pero Vaz de Caminha**. O Descobrimento do Brasil. Porto Alegre, L&PM, 1985. p. 105-127.

CUNHA, C. **Língua, nação, alienação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ELIA, S. **A língua portuguesa no mundo**. São Paulo: Ática, 2000.

FÁVERO, L. L. Heranças. A educação no Brasil Colônia. **Revista da Anpoll**, n. 8, p. 87-102, 2000.

FLORES, L. F. B. N. O altar e a coroa iluminada: a educação de colonos e colonizados. In: MAGALDI, A. M.; ALVES, C.; GONDRA, J. G. (Org.). **Educação no Brasil**. História, cultura e política. Bragança Paulista: Edusf, 2003. p. 73-97.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

HOUAISS, A. **O português no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

LEODEGÁRIO FILHO, A. A. A presença de Anchieta nas origens da literatura brasileira. In: LEODEGÁRIO FILHO, A. A.; ELIA, S. (Ed.). **As poesias de Anchieta em português**. Estabelecimento do texto e apreciação literária. Rio de Janeiro: INL, 1983. p. 13-41.

MARIANI, B. **Colonização linguística**. Língua, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas: Pontes, 2004.

MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

MELO, G. C. **A língua do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

NUNES, J. H. **Dicionários no Brasil**. Análise e história do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes, 2006.

O'GORMAN, E. **A invenção da América**. Reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu Devir. São Paulo: Unesp, 1992.

OLINDA, S. R. M. A educação no Brasil no período colonial: um olhar sobre as origens para compreender o presente. **Sitientibus. Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana**, n. 29, p. 153-162, 2003.

PETTER, M. Africanismos no português do Brasil. In: ORLANDI, E. P. (Org.). (Ed.). **Histórias das idéias linguísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001. p. 223-234.

RIBEIRO, J. **A língua nacional e outros estudos linguísticos**. Petrópolis: Vozes, 1979.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**. A organização escolar. São Paulo: Autores Associados, 1985.

SCHLIEBEN-LANGE, B. O multilingüismo como tema da lingüística na Península Ibérica no século XVI. In: SCHLIEBEN-LANGE, B. (Ed.). **História do falar e história da linguística**. São Paulo: Unicamp, 1993. p. 201-216.

SILVA, M. **Sentidos secretos**. Ensaios de literatura brasileira. São Paulo: Altana, 2005.

SILVA, M. A **Língua nacional e seu estudo**: uma conferência de Sousa da Silveira sobre o Português Brasileiro. s.d. (mimeo).

TOBIAS, J. A. **História da educação brasileira**. São Paulo: Juriscredi, 1972.

TODOROV, T. **A conquista da América**. A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

VILLALTA, L. C. Os leitores e os usos dos livros na América Portuguesa. In: ABREU, M. (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 1999. p. 183-212.

VILLALTA, L. C. Uma babel colonial. **Revista Nossa História**, v. 3, n. 2, p. 58-63, 2004.

WYLER, L. **Línguas, poetas e bacharéis**. Uma crônica da tradução no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

Received on December 26, 2011.
Accepted on Junho 11, 2012.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.